

A imperfeição do sexo: questões de gênero nos relatos de Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville

 **Daniel Rincon Caires**

Especialista em História, Sociedade e Cultura
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo:

Este artigo tem como objetivo, através da leitura dos relatos dos capuchinhos franceses Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, membros do projeto colonial denominado França Equinocial (1612-1615), observar o panorama das relações entre os gêneros no Brasil colonial. Busca-se compreender as estruturas sociais existentes entre os índios Tupinambá que habitavam a região do Maranhão no início do século XVII, bem como analisar, através dos discursos destes religiosos, os papéis sociais reservados idealmente a homens e mulheres nas sociedades da Europa. Há espaço também para considerações sobre os choques entre as concepções culturais de gênero, as mudanças impressas nas relações de gênero por meio do processo de colonização e, finalmente, o papel desempenhado pela guerra, na sociedade tupinambá, na determinação dos papéis sociais de homens e mulheres. Como resultado, pôde-se estabelecer uma discussão sobre a evolução das análises acadêmicas que tratam da mulher americana ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave:

Maranhão — História — Século XVII
Papéis sexuais
Tupinambás

Gênero e História

A divisão dos papéis sociais reservados a homens e mulheres é tão arraigada nas culturas que levou muito tempo para que elas começassem a ser questionadas e consideradas em sua historicidade. Um momento fundamental nesse processo de reconhecimento do caráter social dos arranjos entre os gêneros parece ter sido o dos contatos com povos da América na época das grandes navegações: frente a práticas e mentalidades diversas, ficou evidente que estruturas consideradas naturais eram na verdade historicamente construídas. Essa percepção levou a dois caminhos: ou se alargaram os conceitos, admitindo-se novas formas comportamentais ou, num movimento mais comum, temeu-se que este reconhecimento colocasse em risco não só o indivíduo, mas todo o corpo social, e então se buscou o enquadramento do outro em padrões “aceitáveis” de comportamento.

Da mesma forma, muitos estudos recentes sobre a questão de gênero na América colonial trazem distorções e falhas, ancoradas nos preconceitos dos estudiosos que os desenvolveram. A primeira geração de antropólogos não conseguiu superar a noção ocidental de gênero, relegando à mulher americana o mesmo papel secundário que pretendiam para as mulheres em suas sociedades originais. Em reação e contraposição a essa primeira corrente, uma releitura feminista, encabeçada por acadêmicas norte-americanas, conferiu um papel exagerado às nativas, que em tal produção aparecem como autônomas, poderosas e senhoras de sua sexualidade, levando a pensar em igualdade entre os sexos e, até mesmo, em matriarcalismo.¹

Uma terceira leva de estudos, mais recente, reconfigurou essas visões, reconhecendo o papel preponderante dos homens, mas ainda assim apontando os espaços de atuação das mulheres indígenas, que “trocavam, negociavam, cooperavam e lutavam com os europeus”, estabelecendo com eles ligações que lhes traziam novas perspectivas sociais e de parentela. Mesmo que não houvesse igualdade entre os gêneros, as mulheres eram respeitadas porque desempenhavam um papel central na economia e nos rituais. Essa é a opinião de Laura Fishman, que observou a questão de

1 Laura Fishman, “Crossing gender boundaries: Tupi and European women in the eyes of Claude d’Abbeville”, *French Colonial History*, 4 (2003), p. 81-98. Entre as autoras destacadas como participantes dessa releitura feminista da mulher nativa americana estão Eleanor Burke Leacock, Judith K. Brown, Karen Anderson e Carol Devens.

gênero a partir do relato de Claude d'Abbeville, concentrando-se em apontar as descrições da participação das mulheres tupinambás nos rituais religiosos e sociais e na agricultura.²

Este artigo, partindo dos relatos dos capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, busca estabelecer novas nuances nessa discussão, ressaltando o papel da guerra como elemento determinante do grau de liberdade e autonomia das mulheres dentro dos grupos Tupinambá e outros povos que viviam no Maranhão no início do século XVII. Propõe-se, ainda, a evidenciar os contrastes entre as construções de gênero de europeus e indígenas, ressaltando os conflitos, negociações e tensões oriundas dessas diferenças.

Os capuchinhos franceses Abbeville e Evreux formavam, com mais dois irmãos da mesma ordem, o exíguo corpo religioso da expedição que tentou fundar uma colônia francesa no Maranhão a partir de 1612, no projeto que ficou conhecido como França Equinocial. No Brasil, eles erigiram um convento e perambularam pelas aldeias da Ilha do Maranhão e terras vizinhas, iniciando um trabalho de catequização que, após a reconquista portuguesa da área, seria continuado por outras ordens católicas. Além deste trabalho missionário, deixaram relatos de suas experiências no Maranhão, escritos que são analisados neste artigo. Claude d'Abbeville permaneceu no Maranhão por apenas quatro meses, retornando à França ainda em 1612; sua obra foi publicada em 1614 e rendeu diversas tiragens, popularizando-se rapidamente. Já Yves d'Evreux, que residiu no Brasil por dois anos, não conseguiu fazer sua obra chegar ao público. Em função de uma nova união estratégica entre as coroas da França e Espanha, através do casamento de seus príncipes, o projeto colonial francês no Brasil — que então fazia parte dos domínios da Espanha — foi abandonado, e tudo que se referia a ele tornou-se inconveniente para a situação política de então. A obra de Evreux quase desapareceu, restando apenas alguns poucos exemplares incompletos que seriam “redescobertos” apenas no século XIX. A chegada da missão oficial de colonização e dos capuchinhos ao Maranhão, em 1612, representava uma modificação na natureza das relações entre os franceses e os tupinambás. Se até então tinham sido apenas parceiros comerciais, em trocas intensas e incessantes que se prolongavam já por algumas décadas, a partir da chegada desta expedição colonizadora buscou-se estabelecer uma

2 Fishman, “Crossing gender boundaries”, p. 85.

relação de subordinação, numa tentativa de transformar os tupinambás em “súditos” do rei e “fiéis” da Igreja.

Guerra e condição feminina

Talvez seja o ethos guerreiro dos índios tupi a força determinante mais expressiva de sua cultura, responsável por moldar inclusive as relações entre os gêneros. Foi através da guerra que esta nação, oriunda do Vale Amazônico, estendeu seus domínios sobre praticamente todo o litoral brasileiro, desalojando os povos que antes viviam ali.³ Se a guerra era a base da vida tupi, a agricultura era a base da guerra. Yves d’Evreux, ao descrever os preparativos de uma expedição militar, demonstra a importância da agricultura para o sucesso da empreitada:

Em primeiro lugar, as mulheres e suas filhas preparam a farinha de munição, e em abundância, por saberem, naturalmente, que um soldado bem nutrido vale por dois, que a fome é a coisa mais perigosa para um exército, por transformar os mais valentes em covardes e fracos, os quais em vez de atacarem o inimigo buscam meios de viver.⁴

Capazes de produzir grandes quantidades de alimentos transportáveis e duráveis, os tupis podiam sustentar períodos prolongados de guerra, vencendo a resistência dos inimigos. Note-se ainda que, no trecho citado acima, são as “mulheres e filhas” que aparecem como as produtoras da farinha, responsáveis pela agricultura. De fato, na divisão do trabalho a agricultura era reservada às mulheres. Dessa maneira, a guerra tupi — e conseqüentemente todo o modo de vida desse povo — repousava no trabalho feminino, o que poderia levar a uma elevação do status delas no grupo.

De acordo com Warren Dean, foi uma reação ao crescimento da importância feminina que determinou o crescimento do culto a Jurupari, entidade que foi elevada à categoria de divindade central. De acordo com a crença, esta entidade:

3 Warren Dean, *A ferro e fogo: a história e a destruição da Mata Atlântica Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 47-48.

4 Yves d’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 e 1614*, São Paulo, Siciliano, 2002, p. 78.

Decretou a poligamia, punições severas para mulheres adúlteras e exaltou a bravura guerreira. As mulheres eram consideradas impuras por causa da menstruação, que as tornava vulneráveis a influências malignas. Quando menstruadas, eram impedidas de entrar na floresta. [...] É muito provável que o culto de Jurupari representasse uma reafirmação agressiva das prerrogativas masculinas, ameaçada quando os tupis, pela primeira vez, passaram a depender das habilidades agrícolas femininas.⁵

Outro exemplo de como a guerra moldava as relações entre os gêneros pode ser encontrado na descrição que Yves d'Evreux fez da situação das mulheres das aldeias situadas na região do rio Mearim, distante sessenta léguas da ilha. Esses grupos, pertencentes à nação dos Tabajares, estavam fixados numa região de fronteira, o que os colocava em constante atrito com os vizinhos. A vida sob constante tensão guerreira elevava o status dos homens e, ao mesmo tempo, acirrava a dependência do grupo sobre a agricultura, o que os levava a submeter as mulheres a condições que contrastavam com as das moças tupinambás da Ilha do Maranhão. Ali, segundo o capuchinho:

As raparigas não desprezavam em casar com velhos e grisalhos, como praticam as do Tupinambás, e sim antes querem esposar um velho, especialmente quando é principal, e admirei-me, como coisa desagradável, o ver muitas jovens de quinze a dezesseis anos, casadas com velhos, e o contrário praticam as raparigas dos Tupinambás, as quais passam sua mocidade livremente, e depois aceitam um marido.⁶

A predominância masculina determinava interdições e ingerência à sexualidade das mulheres; nesse caso, uma sociedade mais frequentemente em guerra e, portanto, masculinizada, impunha às moças o casamento com velhos, ainda que Yves tenha creditado isso ao desejo das próprias nubentes. Tal prática, notou o capuchinho, destoava da liberdade gozada pelas índias da Ilha do Maranhão, região completamente dominada pelos tupinambás, e que por isso não sofria com disputas territoriais. Ali, as moças tinham espaço para recusar o casamento com velhos e dispunham de sua sexualidade com maior liberdade, escolhendo os parceiros e decidindo o momento de se casar.

Note-se que, segundo o relato de Yves d'Evreux, eram essas mesmas mulheres, cuja liberdade e autonomia dependiam do nível de

5 Dean, *A ferro e fogo*, p. 96.

6 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 96.

beliciedade de seu grupo, que exigiam a vingança no caso de ataques inimigos. Num episódio narrado em sua obra, Yves conta de um ataque dos tremembés, que mataram e escravizaram alguns tupinambás; os sobreviventes voltaram para a Ilha do Maranhão e informaram do ocorrido, o que provocou “tanta indignação, que todos, voz em grito e chorando, especialmente as mães e as mulheres, insistiam pela vingança”.⁷ Além de exigir vingança, elas se engajavam diretamente nos esforços guerreiros: nesse mesmo caso, quando a expedição punitiva fez acampamento perto da área da batalha, as mulheres e filhas procuravam água, faziam fogo e preparavam a comida.⁸

A guerra, afinal, era um fator determinante nos destinos das mulheres tupinambás, segundo se apreende nos relatos de Claude d’Abbeville e de Yves d’Evreux. A autonomia, o respeito e o reconhecimento que elas deviam gozar, segundo apurou Laura Fishman, variavam de acordo com a situação do grupo em relação a seus vizinhos e ao nível de segurança da posse do território.

Família e sexualidade

Segundo as conveniências do grupo, as mulheres eram oferecidas como moeda de troca na obtenção de favores, de auxílio extra nas tarefas e trabalhos e, principalmente, como afiadoras de alianças militares.⁹ A união pelo matrimônio trazia obrigações para o contraente, que se tornava um colaborador compulsório do grupo familiar da noiva. Dessa maneira, os tabajares do Mearim — profundamente engajados em guerras com os vizinhos — pareciam, aos olhos de Yves, estranhamente liberais, pois:

dão com facilidade o que mais prezam, como sejam suas filhas e suas mulheres, porque observei, quando se cuidou na segunda viagem do Miari, que muitos Tupinambás [...] foram de propósito com os franceses para pedirem filhas e mulheres dos Miarinenses, o que obtiveram com facilidade.¹⁰

7 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 177, grifo nosso.

8 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 177.

9 Fishman, “Crossing gender boundaries”, p. 92.

10 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 95.

Os franceses nunca compreenderam adequadamente esta prática, e creditavam o hábito de lhes serem oferecidas esposas a uma liberalidade pecaminosa e incivilizada; os capuchinhos, inclusive, vedaram essa prática, tentando impor o padrão de organização familiar europeu. Nas palavras do padre Yves:

Este costume foi proibido aos franceses, e se há alguma falta a esse respeito, é ocultamente, e os próprios selvagens, que no princípio dessa proibição desconfiaram da fidelidade e da amizade dos franceses, apenas souberam que Deus só permitiria a posse da mulher por meio do casamento, e que os padres, missionários de Deus, assim o pregavam e proibiam por ordem do Maioral, mostram-se escandalizados quando vêem o contrário, que denunciam logo a este e a nós, de maneira que qualquer francês deve fazer seus negócios mui ocultamente se não quiser ser conhecido.¹¹

O poder temporal também tratou de coibir o concubinato. De fato, entre as leis promulgadas pelos chefes da França Equinocial, existia o seguinte artigo:

Ordenamos que se não pratiquem quaisquer atos desonestos com as filhas dos índios, sob pena, da primeira vez, de servir o delinqüente como escravo na colônia por espaço de um mês; da segunda de trazer ferros aos pés por dois meses; da terceira de ser conduzidos à nossa presença para o castigo que julgarmos justo.¹²

Ao mesmo tempo, este código proibia que se cometesse adultério, “por amor ou violência”, com as mulheres dos índios; tal crime seria punido com a morte, pois acarretava “não só a ruína da alma do criminoso, mas também a da colônia”.¹³ As autoridades francesas, seculares e religiosas, consideravam o sexo com as índias como um risco espiritual, e também como um elemento potencialmente danoso ao empreendimento colonial. Mais ainda, o sexo com as nativas era visto como origem de doenças: ao descrever a terrível piã, que matava o portador após dois anos de sofrimentos, o padre Yves afirma tal moléstia “ataca os franceses [...] por excessiva comunicação com as raparigas indígenas”.¹⁴

11 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 71.

12 Claude D'Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p. 128.

13 D'Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos*, p. 128.

14 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 163.

Essas tentativas de cerceamento do sexo livre entre franceses e nativas, embasadas em argumentos legais, religiosos e sanitários, gerou desconfiança entre os índios. O ancião Momboré-guaçu, num discurso que assustou o padre Claude, viu no abandono da prática de se tomarem esposas indício da ruptura da aliança, o que pareceu a ele — testemunha dos contatos com os portugueses em Pernambuco — aproximação das ações dos franceses com as dos odiados “pero”.¹⁵ Entre os franceses, o verdadeiro grau de entusiasmo cristão e de abandono das relações consideradas ilegítimas é difícil de determinar, mas não deve ter sido tão grande, pois o padrão europeu de casamento e constituição de famílias, apesar de “sinceramente perseguido”, jamais foi plenamente alcançado durante o período colonial.¹⁶ De fato, as normas sociais da Europa eram abertamente abandonadas no Novo Mundo. Um capitão francês, provavelmente chefe de uma expedição mercantil que esteve na Ilha do Maranhão ao mesmo tempo em que os capuchinhos, declarava que:

o papa não tinha poder sobre o mar, porque Deus havia dito a São Pedro que seu poder estendia-se somente sobre a terra, e por isso todos os que passam o mar em busca destas terras não estão mais sujeitos aos mandamentos da Igreja, podendo mui livremente tomar uma rapariga para concubina.¹⁷

Tal indivíduo desafiava explicitamente as normas sociais da Europa em favor de suas conveniências, moldando-se aos costumes locais. Essa foi uma das maneiras com que se fundou a família brasileira colonial. Ainda que desafiasse os padrões europeus, sempre o fez de maneira clandestina e envergonhada, gerando uma prole que não era reconhecida legalmente e que deixava de gozar de benefícios reservados aos legítimos e “puros de sangue”. Mesmo entre os nativos, havia uma categoria especial para os “bastardos”: ao contrário dos filhos legítimos, que eram denominados “peitã” (“saído do ventre de sua mãe”), os filhos de índias com franceses eram chamados “mulatres”, e os ilegítimos filhos de tupinambás eram apontados como “marap”.¹⁸

15 D’Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos*, p. 115-116.

16 Antônia da Silva Mota, “Família e fortuna no Maranhão setecentista”, in: Wagner Cabral da Costa (Org.), *História do Maranhão: novos estudos*, São Luís, Edufma, 2004, p. 51-80.

17 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 155.

18 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 140.

Quanto à sexualidade das nativas, deve-se ter cuidado redobrado com relação aos relatos dos capuchinhos. Como asseverou Laura Fishman,¹⁹ os padres estavam comprometidos com o esforço missionário e podem ter excluído de seus escritos quaisquer comportamentos que pudessem parecer danosos aos seus objetivos, num movimento de negação voluntária e consciente da existência de obstáculos à conversão. Além disso, podem ter deliberadamente evitado descrever práticas que lhes parecessem obscenas ou impudicas. No caso de Evreux, isso ocorre de maneira explícita. Em mais de uma ocasião o capuchinho omitiu propositalmente referências a comportamentos que ferem suas noções de decência. Por exemplo, quando discorria sobre as estruturas de parentesco entre os nativos, afirmou que “entre os irmãos e irmãs não há casamentos, mas duvido, e não sem razão, da regularidade da vida deles. E nem isto merece ser escrito”;²⁰ ou quando se dispôs a descrever os comportamentos das mulheres mais velhas, dizia que “usam de más palavras, e são mais descaradas do que as raparigas e as moças, e nem me atrevo a dizer o que elas são”.²¹

Ainda assim, podemos ter indicações relativamente seguras dos padrões de comportamento sexual entre os Tupinambá do Maranhão do início do século XVII. Em um dos capítulos, Yves se dedica a descrever as fases da vida das mulheres, apontando as etapas socialmente reconhecidas, suas denominações e papéis sociais concernentes. A iniciação sexual desligada dos laços matrimoniais desagradava o capuchinho. Na adolescência, quando são chamadas de “cunhantim”, “perdem, por suas loucas fantasias, o que este sexo tem de mais caro, e sem o que não podem ser estimadas nem diante de Deus, nem diante do homem”.²² Tal comportamento era creditado a influências demoníacas, ao “autor de todas as desgraças”, que as convencia “que não devem ser mais puras quando chega esse tempo”. A noção católica de sexo como impureza e a obsessão com a virgindade feminina — talvez ligada à necessidade de garantir a hereditariedade — aparecem nesse trecho, e contrastam com a mentalidade dos índios. A moça, depois desse período de relativa liberdade sexual, chega à fase em que se torna “cunhãmuçu”, “mulher completa”, e casa-se com alguém do grupo sem que suas atividades sexuais precedentes lhe desqualifiquem. Ou seja, o sexo é visto pelos índios

19 Fishman, *Crossing gender boundaries*, p. 84.

20 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 137, grifo nosso.

21 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 136, grifo nosso.

22 D’Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 134.

com outro olhar, sem a carga negativa de que era recoberto na cultura cristã ocidental.

Mesmo assim, havia um desnível entre homens e mulheres na sociedade tupinambá, que se revelava nas práticas sexuais. Aceitava-se que um homem tivesse várias esposas, o que era visto como sinal de proeminência. Tal qual o nobre europeu, que demonstrava sua riqueza através do número de mulas que carregassem seus pertences, ter muitas mulheres era desejado e reconhecido como “sinal de grandeza”.²³ As mulheres, no entanto, deviam-se resignar a apenas um marido. Na ocorrência do adultério, as punições às mulheres eram duras:

na manhã seguinte foi a mulher conduzida e confrontada com o escravo, reconheceu-se que o fato se deu como já referi. Foram ambos conduzidos à praça pública do Forte onde se fincou o esteio e a golilha. Aí o marido representou o papel de verdugo, escolheu três ou quatro cordas bem duras, que enrolou em seu braço, e voltou em sua mão direita, e com elas açoitou sua mulher por quatro vezes, deixando-lhe vergões bem grossos e compridos, impressos sobre seus rins, ventre e costas, não sem derramar muitas lágrimas, que lhe corriam ao longo das faces e sem exalar profundos suspiros. Sua mulher também gemia com a vista baixa, envergonhada de assim se ver rodeada por tantas mulheres que, como ela, também choravam, tanto por compaixão como apreensivas de que para o futuro não lhes acontecesse o mesmo.

Os homens ao contrário mostravam-se alegres diante de tão boa justiça e gracejando diziam às suas mulheres: Ah! se te pilho!²⁴

A mulher, submetida a tal humilhante suplício, era esposa de um dos “principais” da Ilha, Uirapirã, e havia sido surpreendida em adultério com um escravo. Em sua defesa, dissera que fora forçada, e que não gritara “para não ficar difamada”, e ainda por isso pedira segredo ao escravo. Sorte diversa teve o rapaz: duramente açoitado, a ponto de o carrasco ter que parar três vezes para retomar o fôlego, “esteve muito tempo doente” pelo castigo, e ainda carregou ferros nos pés por várias semanas.

Ainda assim, esses castigos foram menos graves que os infligidos a outra adúltera, escrava de Japiáçu, o principal da ilha. Ela fora conduzida à

23 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 135.

24 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 102-103.

presença do chefe, que participava de um cauim, celebração onde se consumia grandes quantidades de fermentado alcoólico. O chefe

já se encontrava em estado de embriaguez pelo efeito do vinho de caju [...] e recordando o benefício que fizera a essa mulher dando-lhe liberdade, e sentindo fortemente tanta ingratidão e deslealdade, disse num primeiro ímpeto: E jucá: “matem-na”. Imediatamente um de seus filhos a matou; e muito índios, em especial muitas velhas, esquartejaram o corpo, sendo mesmo, ao que dizem, enviado um pedaço às escondidas para a aldeia de Carnaupió.²⁵

Ainda que essas práticas estivessem claramente proibidas pelas leis impostas pelos franceses, Japiáçu foi perdoado pelos chefes da colônia, que temiam contrariar os nativos condenando à morte seu principal. Além disso, Japiáçu disse em sua defesa que ouvira dos franceses “que em seu país é permitido matar as mulheres quando surpreendidas em adultério”.²⁶ Ainda que o capuchinho condenasse tal “má doutrina dos franceses”, a similaridade indica que, nesse particular, havia certa sintonia entre as práticas nativas e as da Europa, ainda que lá a lei fosse mais rígida com o consorte homicida.

De todo modo, a diferença entre homens e mulheres a respeito da disposição de sua sexualidade após o casamento marca uma clara hierarquia entre os gêneros, colocando as mulheres em posição de submissão a seus maridos, interditando seu livre arbítrio sobre o tema.

Considerações finais

A leitura dos relatos de Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux contraria as afirmações das antigas gerações de estudiosos: nem eram as mulheres americanas absolutamente submissas e rigidamente controladas como queriam os primeiros analistas, nem eram elas livres e autônomas como queriam as feministas. Tais conclusões foram atingidas mais por conta das necessidades e desejos dos contextos em que os estudos foram produzidos do que propriamente pelo que dizem as fontes. Mesmo os estudos que tentam encontrar um ajuste de equilíbrio entre esses paradigmas, exemplificado aqui pelos escritos de Laura Fishman, deixam de perceber que o status feminino era regulado pela atividade guerreira, centro da cultura

25 D’Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos*, p. 132.

26 D’Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos*, p. 134.

tupinambá, e que dessa forma variava de grupo para grupo. O relato do padre Yves, que narra expedições a diferentes partes do Maranhão, mostra que povoados situados em zonas de fronteira e, por isso, submetidos a um esforço guerreiro permanente, impunham às mulheres um controle mais rígido, determinando menor espaço para que exercessem escolhas. Da mesma forma, mulheres de povoados situados em áreas mais seguramente dominadas, como as dos tupinambás da Ilha do Maranhão, gozavam de uma maior autonomia em relação a sua sexualidade. Essas construções coercitivas masculinas parecem estar ligadas à necessidade de se manter o status feminino sob controle frente ao aumento da importância da agricultura, atividade realizada pelas mulheres.

Em qualquer dos casos, no entanto, o que se observa é uma sociedade não igualitária, dominada pelos homens. Essa constatação permanece mesmo após considerarem-se as condicionantes que marcam os escritos dos europeus, como o etnocentrismo e a dificuldade de enxergar padrões diferentes: mesmo que se remova a “distorção do filtro” provocada pelo olhar impregnado de valores europeus, dificilmente se pode afirmar, como fizeram as feministas descritas por Laura Fishman, que as mulheres tinham status superior — ou mesmo semelhante — aos dos homens.

De qualquer modo, a chegada dos europeus significou uma reorientação das questões de gênero, com a imposição dos padrões morais e comportamentais da cultura cristã ocidental. Às mulheres, dentro de tal cultura, se reservava um papel menor, marcadas que eram com a pecha de responsáveis pela “queda”, impregnadas pela natural e indelével “imperfeição do seu sexo”.²⁷ Tal processo impositivo, no entanto, não se desenrolou sem conflitos, resistências, negociações e recusas, de ambas as partes. A chegada à América representou, para muitos europeus, a oportunidade de se livrar das estruturas reguladoras do Velho Mundo, que nunca foram bem aceitas ou compreendidas pelos povos locais. O resultado foi um amálgama cultural, com a permanência de padrões “americanos”. Tais padrões, no entanto, ficaram marcados com um travo de ilegitimidade clandestina.

recebido em 04/05/2011 • aprovado em 06/12/2011

27 D'Evreux, *Viagem ao norte do Brasil*, p. 117.